

RELATO INTEGRADO: MOTIVOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INCLUIREM O TEMA EM SEUS CURRÍCULOS

CIASCA, Davi Navarro

FECAP-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
davi.ciasca@edu.fecap.br

NABESHIMA, Flávia Kao

FECAP-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
flavia.kao@fecap.br

GARCIA, Alexandre Sanches

FECAP-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
garcia@fecap.br

RESUMO

O Relato Integrado é um dos temas de sustentabilidade que urge fazer parte dos currículos dos Cursos de Administração e Contabilidade. Desde 2017, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige que as empresas divulguem se elaboram ou não Relato Integrado ou relatórios socioambientais, no documento Formulário de Referência. O Relato Integrado força executivos e acadêmicos a buscarem respostas para o desafio de convergir informações financeiras com as informações não financeiras. Com isso, o objetivo deste trabalho é o de verificar o atual estágio de produções acadêmicas acerca do Relato Integrado e de sua implementação pelas empresas brasileiras. Para tanto, realizou-se um levantamento da produção científica nacional do tema, no período de 2010 a 2017, e do Formulário de Referência das 224 empresas que enviaram, em 2017, tal documento à CVM. Os resultados permitem concluir que há um campo fértil para novas pesquisas e a premente necessidade de que o Relato Integrado seja de conhecimento dos discentes.

***PALVRAS-CHAVE:** Relato Integrado; Formulário de Referência; Diretrizes Curriculares Nacionais*

INTRODUÇÃO

Na Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Eco-92, o Ministério da Educação (MEC) organizou um workshop para discutir a educação ambiental no ensino superior. Como resultado desse workshop, foi emitida a Carta Brasileira para a Educação, na qual recomenda a definição de “metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a educação ambiental no ensino superior” (BARBIERI, 2004).

Vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como a Rio+20, foi estabelecido um marco fundamental para o desenvolvimento, implantação e divulgação da sustentabilidade, agora para as empresas. O documento final da Conferência Rio+20, em 2012, incluiu, de forma inédita, o parágrafo 47, que apoia a adoção dos relatos integrados pelas empresas.

O Relato Integrado não é mais um novo relatório que as empresas devem elaborar e publicar. Diz respeito à integração de relatórios financeiros e não financeiros, porém envolvendo muito mais do que apenas publicar um documento em papel de conteúdo misto. Eccles e Krzus (2011) encorajam as empresas para a utilização da *web* no fornecimento de informações financeiras e não financeiras de forma integrada, o que, dificilmente, poderia ser alcançada em papel. Além disso, a existência de ferramentas analíticas utilizadas pela internet permite ainda que diversos tipos de usuários (*stakeholders*) da empresa façam suas próprias análises da informação financeira e não financeira disponibilizada por ela.

Surge então, naturalmente, a questão: será que as Instituições de Ensino Superior (IES) estão preparando seus alunos para as necessidades empresariais ligadas às questões de sustentabilidade, como o processo para elaboração do Relato Integrado?

Muitos pesquisadores acadêmicos têm realizado pesquisas teóricas e empíricas sobre o Relato Integrado, analisando casos de relatos implementados nas empresas (HAJI; HOSSAIN, 2016; FRÍAS-ACEITUNO; RODRÍGUEZ-ARIZA; GARCIA-SÁNCHEZ, 2014). Entretanto, no Brasil, as pesquisas sobre o tema ainda são incipientes, uma vez que a adoção desse padrão de relato pelas empresas brasileiras é recente e voluntária (CARVALHO; KASSAI, 2013; PEIXOTO; MARTINS, 2015).

Diante disso, o objetivo desse trabalho é apresentar o atual estágio tanto da produção acadêmica brasileira acerca do tema, como da elaboração de Relatos Integrados pelas empresas brasileiras, visando alertar as IES para a incorporação de tal assunto nos currículos dos cursos de Administração e Contabilidade. E para atingir esse objetivo, foi realizado um levantamento por meio dos documentos do Formulário de Referência de 2017 a fim de identificar se as empresas adotam o Relato Integrado e levantamento bibliográfico nos periódicos acadêmicos classificados entre A1 e B4 na Qualis/Capes e nos congressos administração, contabilidade e de sustentabilidade no período de 2010 à 2017.

Para os pesquisadores Stubbs e Higgins (2018), o Relato Integrado se tornará o modelo de relatórios com visão de longo prazo adotado pelo mercado à medida que mais e mais empresas adotarem a prática da sua elaboração. Assim sendo, o presente trabalho pretende contribuir para a discussão de um tema recente no Brasil, tanto no cenário empresarial como no acadêmico, ao mostrar o estágio atual de pesquisas, implantação e o progresso do estudo sobre o tema, servindo como parâmetro para inclusão nos conteúdos curriculares dos cursos superiores de Administração e Contabilidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Desde a Constituição Federal de 1988 já era prevista, no Capítulo VI, que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino (BARBIERI, 2004). Porém, somente em 1999, com a Lei nº 9.795, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), é que a educação ambiental voltou a ser foco na educação no Brasil, sendo enfatizada como componente essencial e permanente da educação nacional, e devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão do MEC, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no parecer CNE/CP nº 14/2012, publicado no Diário Oficial da união (DOU) de 15 de junho de 2012, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, 2012). Segundo o MEC, a resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior.

Além dessa normativa do CNE, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes no projeto de Lei nº 8.035/2010, inciso VI – promoção da

sustentabilidade socioambiental, para o decênio de 2011/2020 (BRASIL, 2014).

Outra iniciativa que impactou as IES com a inclusão da educação ambiental foi o Pacto Global das Nações Unidas, em 2007, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Nela, os reitores, instituições acadêmicas e escolas de gestão desenvolveram os Princípios para a Educação Empresarial Responsável (PRME) como instrumento de transformação no processo de aprendizagem e gestão educacional. A inclusão das IES possibilitou que discussões sobre o desenvolvimento sustentável se promovessem entre o ambiente estudantil e empresarial (BRONZERI; DA CHUNHA, 2014; SOARES; ABDALA; CEZARINO, 2017).

Entre os princípios do PRME, destaca-se o objetivo do programa que é desenvolver as capacidades dos alunos para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável. Para isso, as IES devem incorporar nas atividades acadêmicas e nos currículos os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.

No Brasil, a estrutura do PRME é denominada como PRME *Chapter Brazil*, composta por cinco membros com a função de zelar pelas diretrizes do PRME como também deliberar sobre o planejamento estratégico e de ações do *Chapter* compartilhando a visão sobre a responsabilidade sustentável (PRME Brasil, 2015).

O suporte da ONU contribuiu para que mais de 500 IES em cerca de 80 países tornassem signatárias do PRME e alcançassem o reconhecimento internacional pela inclusão da sustentabilidade e responsabilidade das empresas em seus programas de ensino (CEZARINO; LIBONI; SALA; CALDANA, 2017). Em 2017, havia 28 instituições participantes do PRME *Chapter Brazil* (PRME, 2018).

Diante do exposto, é indispensável aos cursos de graduação em Administração e em Contabilidade, objeto da análise desse estudo, desenvolverem competências e habilidades aos discentes em temas da sustentabilidade socioambiental. Porém, analisando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), de ambos os cursos, estabelecidas pelo MEC, não há menção direta sobre o desenvolvimento de conhecimento desse tema.

A Resolução CNE nº 4, de 2005, que institui a DCN do curso de Graduação em Administração prevê a capacitação e aptidão do discente para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento; observar níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver gerenciamento qualitativo e

adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Na DCN do curso de Ciências Contábeis, de acordo com a Resolução CNE nº 10, de 2004, também não há qualquer menção específica a respeito de temas da área Ambiental, Sustentabilidade ou termo assemelhado. De forma genérica, a diretriz estabelece, em seu artigo 4º, inciso IV, que os egressos devem possuir habilidade para a construção de valores orientados para a cidadania.

Entretanto, a partir de 2017, a CVM tornou obrigatória a divulgação de informações socioambientais no Formulário de Referência (FR) das empresas que possuem ações negociadas em bolsa de valores. Especificamente no item 7.8 – “Políticas Socioambientais” do Formulário de Referência (FR), as empresas devem divulgar se elaboram ou não relato integrado ou informações socioambientais.

Dessa forma, torna-se necessário as IES adotarem nos currículos dos cursos de Administração e Contabilidade, temas ligados à sustentabilidade como o Relato Integrado, preparando os discentes para preencher essa necessidade existente no mundo empresarial.

2.1 O Relato Integrado

O Relato Integrado ganhou um significativo destaque no mundo empresarial e acadêmico desde a formação, em 2010, do *International Integrated Reporting Committee* (IIRC), o Comitê Internacional de Relatos Integrados. O IIRC busca por um pensamento integrado ao reunir informações já existentes financeiras, ambientais, sociais e de governança num formato que proporcione valor a longo prazo (CARVALHO; KASSAI, 2014).

O *framework* do IIRC (2013) integra três pontos classificados como princípios básicos, elementos de conteúdo e capitais. Os elementos de conteúdo são vinculados entre si e não são excludentes sendo: visão geral organizacional e ambiente externo; governança; modelo de negócios; riscos e oportunidades; estratégia e alocação de recursos; perspectiva e, base para apresentação. São apresentados como perguntas e guiados pelos princípios básicos, que sustentam as bases para a preparação do Relato Integrado.

A respeito dos capitais, são apresentados como financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, natural (IIRC, 2013). Ainda de acordo com o *framework*, não há necessidade de sua divulgação de forma explícita, por seção específica, mas a sua utilização

contribui para que os gestores apresentem informações além da parte financeira, levam a considerar informações relacionadas a criação de valor pela companhia (CARVALHO; KASSAI, 2014).

No ano de 2012, foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O documento final da Conferência Rio+20, em 2012, incluiu, de forma inédita, o parágrafo 47, que apoia a adoção dos relatos integrados:

[...] 47. Reconhecemos que é importante que as empresas comuniquem as informações sobre o impacto ambiental de suas atividades e as encorajamos, especialmente as empresas de capital aberto e as grandes empresas, a considerar a integração das informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatórios periódicos. Encorajamos a indústria, os governos interessados e as partes envolvidas a elaborarem, com o apoio do sistema das Nações Unidas, se for o caso, modelos das melhores práticas, e a facilitarem a publicação das informações sobre o caráter sustentável de suas atividades, fundamentadas nos ensinamentos extraídos das estruturas existentes, e dando atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive em matéria de capacitação (RIO+20, 2012, p.9).

Essa afirmação fortalece a iniciativa do IIRC ao lançar, em 2013, o *framework* do Relato Integrado. Os objetivos do *Framework* são estabelecer princípios orientadores e elementos de conteúdo que regem o conteúdo geral de um relato integrado e explicar os conceitos fundamentais que os sustentam (IIRC, 2018).

Ainda, a segunda frase do mesmo parágrafo 47 do documento final da Conferência Rio+20, reforça a necessidade de uma atenção especial para os países em desenvolvimento, incluindo a capacitação (RIO+20, 2012). Logo, estudos teóricos e empíricos acerca da adoção do Relato Integrado no Brasil contribuem para essa preocupação da ONU.

Recentemente, Moraes, Zevericoski, dos Santos Ferrarezi, Gehlen e dos Reis (2017) realizaram um estudo bibliométrico da produção acadêmica brasileira no contexto de relatórios de sustentabilidade. Foram analisados 187 artigos, no período de 2005 a 2014, considerando periódicos dos estratos A1, A2, B1, B2 e B3, do QUALIS-CAPES da área de administração e ciências contábeis. Mediante o levantamento feito, verificou-se que os termos mais mencionados no período de análise, dizem respeito ao Balanço Social, *Global Reporting Initiative* (GRI) e Responsabilidade Social Corporativa/ Empresarial. Nenhum dos 187 artigos mencionou o Relato Integrado como palavras-chave.

Outros fatores motivadores devem impulsionar o desenvolvimento

de relatos integrados. Os problemas ambientais, causados ou acelerados pelo modelo atual de desenvolvimento econômico, estão tomando as manchetes dos noticiários e a preocupação atinge a todos os setores da sociedade. Exemplos de desastres ambientais como a tragédia causada pela empresa Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, em 2015, que culminou na morte de 19 pessoas, geram uma cobrança maior pela sociedade de práticas socioambientais que empresas, principalmente de setores que geram maior impacto sobre o meio ambiente e sobre a sociedade, devem praticar e consequentemente divulgar. O relato integrado pode servir como um meio de comunicação dessas práticas para a sociedade.

Para Alves, Silva, Kassai e Ferreira (2016), a origem do Relato Integrado remonta aos momentos de crise no cenário financeiro internacional, de 2008, em que instituições reguladoras e atuantes no mercado financeiro global, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), sustentado pelas premissas do Fórum Econômico Mundial, passaram a criar novos sistemas e modelos para atender as necessidades de um mundo em que os riscos e as oportunidades não são analisados de forma isolada. Segundo esses mesmos autores, para esses organismos, a assunção de riscos e a avaliação de oportunidades deve contemplar todos os cenários nos quais se procure promover a estabilidade que proporciona o crescimento econômico.

Estudo internacional recente da empresa KPMG (2017) indica que uma das tendências dos relatórios de responsabilidade social das empresas é a divulgação dos riscos financeiros advindos de mudanças climáticas. O estudo realizado com as 250 maiores empresas globais, evidencia um crescimento significativo de empresas divulgando informações socioambientais em seus relatórios anuais. Em 2011, eram 44% que incluíam tais informações e, já em 2017, esse percentual saltou para 78%. Além disso, dois terços dessas maiores empresas utilizam o *framework* do IIRC para elaborar o Relato Integrado (KPMG, 2017).

A legitimidade é uma das teorias apontadas nos estudos acadêmicos como os fatores motivadores para as empresas adotarem o Relato Integrado (STEYN, 2014; VAN BOMMEL, 2014). Outras teorias também são apontadas, entre elas a teoria dos *stakeholders* (FRÍAS-ACEITUNO *et al.*, 2014; HALLER; VAN STADEN, 2014), e a teoria institucional (GARCÍA-SÁNCHEZ; RODRÍGUEZ-ARIZA; FRÍAS-ACEITUNO, 2013; DRAGU; TIRON-TUDOR, 2013).

2.2 O Relato Integrado no Formulário de Referência

O documento denominado FR foi criado no ano de 2009, pela Instrução CVM nº 480. Para Romano e Almeida (2012) trata-se de um marco regulatório

para a transparência e padronização do mercado de ações brasileiro, colocando o país como forte competidor na busca por capital nacional e estrangeiro.

O intuito da instrução foi o de aproximar regras brasileiras aos padrões internacionais, recomendados pelas instituições especializadas em mercado de valores mobiliários. Segundo Dias (2009), o FR exige que as companhias divulguem de forma mais qualitativa suas políticas, regras internas e práticas em relação às matérias mais sensíveis na condução dos negócios.

Em 2012, por meio do programa *Relate ou Explique* da bolsa de valores, a B3 passou a exigir das empresas listadas que indicassem no FR se publicavam relatórios de sustentabilidade, integrado ou similar, e onde este estava disponível. Em caso negativo, as empresas deveriam explicar por que não o faziam (GARCIA; CIASCA; NABESHIMA, 2018).

A partir de 2016, a CVM tornou obrigatória a divulgação de informações socioambientais no FR, especificamente no item 7.8 – “Políticas Socioambientais”. Com isso, a B3 deixou de exigir tal compromisso de suas empresas listadas, mas inseriu uma nova exigência no “*Relate ou Explique*”: se elaboram relatório de sustentabilidade ou integrado levando em conta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). À semelhança da iniciativa anterior, caso estas não o façam, a B3 solicita que essas empresas indiquem o motivo da não divulgação.

Ainda, de acordo com a CVM (2019), o FR veio a estabelecer um novo regime informacional, por meio da adoção de elevados padrões de *disclosure*, facilitando a análise das informações prestadas para comparação com outros emissores do mercado. Além disso, a CVM entende que o FR aumenta a qualidade e melhora a apresentação das informações, na medida em que procura não somente ampliar a quantidade de informações, mas também melhorá-las.

3. METODOLOGIA

Este estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois busca realizar um levantamento dos estudos acadêmicos além de investigar se as empresas estão adotando e divulgando o *Relato Integrado*.

É uma pesquisa bibliográfica, uma vez que busca indicadores de produção científica de um determinado tema, elaborados a partir da contagem do número de publicações por tipo de documentos como artigos em periódicos e publicações em anais de congresso (MARCELO; HAYASHI, 2013). Também é uma pesquisa documental, pois busca realizar um levantamento por meio do documento FR para verificar se as empresas estão adotando e divulgando o *Relato Integrado*.

Para compor a base de dados na pesquisa bibliográfica, foram realizadas buscas pelas palavras-chave relato integrado, *integrated report* e *integrated reporting* nos periódicos acadêmicos nacionais de estrato A1, A2, B1 a B4 da Qualis/Capes. Como foram encontrados apenas três artigos nesse critério adotado, decidiu-se por ampliar a base de dados, considerando os artigos publicados em anais dos principais congressos das áreas de administração, contabilidade e de sustentabilidade.

Esse critério de seleção justifica-se pela incipiência de pesquisas acadêmicas no tema já publicadas, possivelmente, pelo fato de que o assunto é recente para os acadêmicos e executivos das empresas brasileiras. Artigos publicados em periódicos ou em anais de congressos mantêm o critério de cientificidade, já que foram submetidos à análise crítica de outros pesquisadores e obtiveram sua aprovação (RAMOS-RODRÍGUEZ; RUÍZ-NAVARRO, 2004). Tal procedimento foi utilizado, também, em estudos internacionais, como de Velte e Stawinoga (2017), que incluíram à amostra outras formas de publicações acadêmicas (*working papers* e capítulos de livro) devido à limitação de estudos acadêmicos disponíveis.

Para o recorte temporal de busca nas bases de dados, utilizou-se o período de 2010, surgimento do IIRC, até 2017. Como resultado, foi identificado um total de 25 artigos. Foram feitas a leitura de todos os artigos encontrados. Como instrumento de análise, os dados foram coletados e tratados em planilha eletrônica. Foram extraídos dados referentes à autoria dos trabalhos, congresso ou periódico no qual foi publicado, título, ano de publicação, objetivo, metodologia e principais resultados.

Para a obtenção da informação se as empresas publicam ou não o Relato Integrado, considerou-se apenas os FRs do ano de 2017, já que a obrigatoriedade de tal informação foi estabelecida pela Instrução Normativa 480 da CVM, alterada pela 552/14. Foi consultado o item 7.8 Políticas Socioambientais do FR de todas as 224 empresas cadastradas na CVM, que entregaram o FR de 2017 até 19 de fevereiro de 2018.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão, será apresentada a análise dos resultados em duas seções, sendo a primeira com os resultados obtidos a partir dos artigos publicados em periódicos acadêmicos e anais dos congressos, e na segunda seção com os resultados obtidos da análise da resposta das empresas que informaram em seu FR se elaboram ou não o Relato Integrado.

4.1 Relato Integrado nas produções acadêmicas

Uma vez que o tema Relato Integrado é um assunto recente na academia e considerando que as primeiras diretrizes de um Relato Integrado surgiram em 2010, junto com a fundação do IIRC, é de se esperar um volume baixo de publicações de artigos acadêmicos nos periódicos brasileiros até o momento.

Conforme **Tabela 1**, de 2010 a 2017, apenas três artigos foram publicados em periódicos acadêmicos avaliados pelo sistema CAPES/QUALIS.

Tabela 1 – Periódicos Acadêmicos com artigos publicados sobre Relato Integrado

Nome do Periódico	Ano	Estrato QUALIS	Quantidade
Revista de Auditoria Governança e Contabilidade-RAGC	2015	B4	01
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2016	B2	01
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2017	B2	01

Uma vez que a quantidade de artigos acadêmicos publicados sobre o assunto é pequena, utilizou-se de outras bases de dados. Para atingir o objetivo desse estudo, os artigos selecionados foram obtidos de anais dos principais congressos na área contábil e de administração, conforme demonstrado na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Identificação de congressos nos quais foram apresentados artigos sobre Relato Integrado

Congresso	Quantidade
CSEAR - <i>Centre for Social and Environmental Accounting Research</i>	09
ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente	04
Congresso ANPCONT – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis	03
Congresso USP Contabilidade e Controladoria	02
Congresso Brasileiro de Custos	02
ENANPAD-Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	01
SINGEP-Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade	01
Total	22

Nota-se uma quantidade mais elevada de trabalhos apresentados no congresso CSEAR. O CSEAR *South America* inspira-se nos moldes do *Centre for Social and Environmental Accounting Research* (CSEAR), que é um centro de pesquisas de estudos em contabilidade social e ambiental, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e outros temas correlatos. Criado em 1991, por Rob Gray, é uma referência mundial de pesquisas de Contabilidade Socioambiental e está ligado à Escola de Gestão da *University of St. Andrews*. A quantidade de trabalhos poderia até ser maior, uma vez que esse congresso é realizado, no Brasil, a cada dois anos, diferentemente dos demais congressos da amostra dessa pesquisa. Observa-se que, para a amostra analisada (25 artigos), a publicação inicial é do ano de 2013 (dois artigos). Isto pode ser explicado pelo surgimento do IIRC, em 2010, que deu início ao desenvolvimento de um *framework* para a elaboração do Relato Integrado. Já o primeiro artigo internacional publicado ocorreu em 2011 (SLEWINSKI *et al.*, 2015).

A quantidade de artigos no Brasil, nos anos de 2014 e 2016 mostra baixo número de publicações em anais, possivelmente pela ausência da realização do congresso CSEAR, que, ocorre somente em anos ímpares e, como verificado anteriormente, na **Tabela 2**, é o congresso que mais tem pesquisas no tema. Como comparação, na revisão sistemática de produções acadêmicas internacionais, Velte e Stawinoga (2017) encontraram 25 artigos somente no ano de 2015. Essa evolução de apresentação de trabalhos em congressos é demonstrada na **Tabela 3**.

Tabela 3 – Quantidade de artigos por ano

Ano	No Brasil	No Mundo
2012	00	02
2013	02	03
2014	01	11
2015	07	25
2016	05	03
2017	09	ND
Total	25	44

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018) e em Velte e Stawinoga (2017)

Cabe destacar que, apesar da crescente produção acadêmica

internacional, em 2016 totalizaram-se apenas três estudos publicados devido ao recorte temporal adotado por Velte e Stawinoga (2017), compreendido até fevereiro de 2016. Ressalta-se também, que na quantidade de artigos no mundo, não inclui pesquisas publicadas em anais de congressos.

Os 25 trabalhos da amostra brasileira contam com um total de 61 pesquisadores envolvidos, entre autoria e co-autoria. A **Tabela 4** relaciona os três autores mais frequentes nas pesquisas em Relato Integrado publicados em congressos ou nos periódicos acadêmicos.

Tabela 4 – Frequência dos autores mais prolíficos

Autor	Quantidade de trabalhos
José Roberto Kassai	06
Raimundo Nonato Rodrigues	04
Luis Nelson Guedes de Carvalho	03

4.2 Elaboração do Relato Integrado pelas empresas

A **Tabela 5** demonstra a composição da informação de políticas socioambientais obtida nos FRs enviados pelas empresas à CVM. Observa-se que apenas 34% das empresas afirmam publicar algum relatório com informações socioambientais em 2017.

Como esse foi o primeiro ano obrigatório para as empresas divulgarem se elaboram ou não tais relatórios, ficamos impedidos de executar alguma avaliação sobre a evolução de tal resultado. Entre as 76 empresas que afirmam elaborar algum relatório de informação socioambiental, nota-se na **Tabela 6** a composição de quais são esses relatórios.

Tabela 5 – Informação retirada do FR, item 7.8 – Políticas socioambientais

Categoria	Quantidade de empresas	%
Divulga informações socioambientais	76	34%
Não divulga informações socioambientais	124	55%
FR indisponível	24	11%
Total	224	

Tabela 6 – Metodologia na elaboração das informações socioambientais

Metodologia	Quantidade de empresas	%
GRI	50	66%
Relato Integrado	17	22%
Balço Social	1	1%
Modelo do agente regulador (ex. ANEEL) ou outros (modelo próprio)	8	11%
Total	76	

O fato do modelo GRI ser o mais adotado, possivelmente, deve-se ao fato de que tal modelo foi disseminado, estudado e aplicado há mais tempo do que o Relato Integrado. O GRI surgiu em 1997, mais de uma década antes do surgimento do Relato Integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a produção científica sobre o Relato Integrado publicada em periódicos nacionais e em anais de congressos nas áreas de administração, contabilidade e de sustentabilidade, no período de 2010 a 2017. Também investigou a quantidade de empresas brasileiras que declaram se elaboram o Relato Integrado ou algum tipo de relatório com informações socioambientais. Ambos objetivos visam alertar as IES para incorporar tal assunto nos currículos dos cursos de Administração e Contabilidade.

Pela análise realizada, conclui-se que o assunto ainda é bem recente e pouco explorado tanto nas pesquisas acadêmicas como na implementação pelas empresas. Da produção acadêmica, foram identificadas apenas três publicações em periódicos nacionais desde a criação do IIRC. Ao estender a análise para artigos publicados em anais de congressos, o resultado indica que houve 25 produções acadêmicas no período de 2010 a 2017.

Considerando que, a partir de 2017, todas as empresas listadas na bolsa de valores têm que relatar no documento Formulário de Referência, entregue à CVM, se elaboram relatório de sustentabilidade ou Relato Integrado e, caso contrário, o motivo da não elaboração, é inadiável as iniciativas e pesquisas relacionadas ao tema.

Entre as empresas que são reguladas e fiscalizadas pela CVM, com base na amostra desse trabalho de 224 empresas, 34% afirmam elaborar

relatório com informações socioambientais. Dessas empresas, 22% (17 empresas brasileiras) afirmam que adotam o *framework* do Relato Integrado.

Diante do exposto, nota-se a necessidade de avançar na construção de conhecimento sobre Relato Integrado. Incluir o tema nos currículos dos cursos de Administração e Contabilidade mostra-se como uma maneira de propiciar tal avanço, pois além de impactar milhares de estudantes ao longo do ciclo de graduação, tem potencial para conscientizar os discentes sobre os impactos socioambientais causados tanto pela atividade empresarial como pela sociedade e despertar a visão crítica sobre o papel de um administrador ou contador nesse contexto orientado à sustentabilidade. A medida em que esse conhecimento for disseminando se pela inclusão nos currículos, mais as IES brasileiras estarão formando profissionais de impacto para lidar com os problemas atuais da sustentabilidade e capazes de causar transformações visando a manutenção das gerações futuras.

Assim sendo, recomenda-se que estudos futuros avancem na direção de ampliar os conhecimentos aqui apresentados por meio de técnicas de análise de conteúdo das informações relatadas nos Formulários de Referência; realização de estudos de casos, buscando identificar constructos e variáveis que podem ajudar a entender o processo de adoção e elaboração do Relato Integrado; e análise das matrizes curriculares dos cursos de graduação, buscando identificar qualitativamente o estágio atual do atendimento às DCNs relativas à sustentabilidade socioambiental.

Por fim, esta pesquisa contribui para a discussão de um tema recente no Brasil, tanto no âmbito empresarial como no acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, N.J.F.; SILVA, L.B.; KASSAI, J. R.; FERREIRA, H.M.G. (2016). Como a informação financeira evidencia a criação de valor no Relato Integrado. **Anais do V SINGEP - Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, São Paulo, Brasil, 5.

BARBIERI, J.C. (2004). A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, 38(6), 919-946.

BRASIL. (1999). Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em fevereiro de 2018.

BRASIL. (2011). Plano Nacional de Educação – PNE. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como Política de estado**. Anped. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. (2012). Resolução nº 02/2012 – CNE/CP, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 116, p.70-71, 18 jun. 2012.

BRONZERI, M.D.S.; DA CUNHA, J.C. (2014). Ensino e prática para a sustentabilidade em IES: Estudo de caso, **Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA)**, São Paulo, Brasil.

CARVALHO, L.N.G.; KASSAI, J. R. (2013). Relato Integrado. In Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Fontes Filho, J. R., Leal, R.P.C. (Org.). **O futuro da governança corporativa: desafios e novas fronteiras**. São Paulo: Saint Paul.

CARVALHO, L.N.G.; KASSAI, J.R. (2014). Relato integrado: a nova revolução contábil. **Revista Fipecafi**, 1, 21-34

CEZARINO, L.O.; LIBONI, L.B.; SALA, O.T.M.; CALDANA, A.C.F. (2017). Conhecimento das dimensões de sustentabilidade em uma escola de negócios signatárias do PRME. **Revista GEPROS**, 12(2), 121.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. (2019). Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas. **Ofício Circular**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/oficios-circulares/sep/anexos/oc-sep-0319.pdf>. Acesso em fevereiro de 2018.

DIAS, L. (2009). Muito além dos números. **Revista Capital Aberto**, 54-56.

DRAGU, I.M.; TIRON-TUDOR, A. (2013). The integrated reporting initiative from an institutional perspective: emergent factors. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, 92, 275-279.

ECCLES, R.G.; KRZUS, M.P. (2011). **Relatório Único: Divulgação Integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul.

FRÍAS-ACEITUNO, J.V.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I.M. (2014). Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting. **Business Strategy and the Environment**, 23 (1), 56-72.

GARCIA, A.S.; CIASCA, D.N.; NABESHIMA, F.K. (2018). Relato integrado: um olhar nas produções acadêmicas e na sua implementação pelas empresas. **Anais do XLII Enanpad**, Curitiba, Brasil.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I.M.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; FRÍAS-ACEITUNO, J.V. (2013). The cultural system and integrated reporting. **International Business Review**, 22(5), 828-838.

HAJI, A.A.; HOSSAIN, D.M. (2016). Exploring the implications of integrated reporting on organizational reporting practice: Evidence from highly regarded integrated reporters. **Qualitative Research in Accounting & Management**, 13(4), 415-444.

HALLER, A.; VAN STADEN, C. (2014). The value added statement—an appropriate instrument

for Integrated Reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 27(7), 11901216.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). (2018) **The IIRC. About<IR>**. Disponível em: <http://www.theiirc.org/the-iirc/about>. Acesso em fevereiro de 2018.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). (2013) **The International <IR> Framework**. Disponível em: <http://www.theiirc.org/uploads/theirframework>. Acesso em setembro de 2019

KPMG. (2017). **The road ahead: The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2017**. Disponível em: <http://www.kpmg.com/crreporting>. Acesso em fevereiro de 2018.

MARCELO, J.F.; HAYASHI, M.C.P.I. (2013) Estudo bibliométrico sobre a produção científica no campo da sociologia da ciência. **Informação & Informação**, 18(3), 138-153.

MORAIS, C.M., ZEVERICOSKI, G.A.; DOS SANTOS FERRAREZI, J.; GEHLEN, K.R. H.; DOS REIS, L.G. (2017). Produção acadêmica brasileira no contexto dos relatórios de sustentabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, 7(2), 197.

PEIXOTO, N.O.; MARTINS, V.F. (2015). Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. **RAGC**, 3(7).

PRME Brasil-Princípios para Educação Executiva Responsável. **Sobre o PRME**. (2015), Disponível em: <http://prmebrasil.com.br/mod/page/view.php?id=9>. Acesso em março de 2018.

PRME Brasil-Princípios para Educação Executiva Responsável. **Pesquisa participantes**. (2018), Disponível em: <http://www.unprme.org/participation/searchparticipants.php?nameparent=&country%5B%5D=Brazil&from=&to=&utype=&search=Search>. Acesso em março de 2018.

RAMOS-RODRÍGUEZ, A.R.; RUÍZ-NAVARRO, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the Strategic Management Journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, 25, 981-1004.

RIO+20. (2012) **Documento final da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável**, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1>. Acesso em fevereiro de 2018.

ROMANO, P.R.; ALMEIDA, V.S.E. (2012). Desvendando o Book Building em ofertas de ações. FGV-EAESP / RAE – **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, São Paulo, 2(1), 5.

SLEWINSKI *et al.* (2015). Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. **Anais do XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, Brasil, 15.

SOARES, W.H.S.; ABDALA, E.C.; CEZARINO, L.O. (2017). Engajamento e conhecimento de estudantes sobre sustentabilidade à luz dos princípios do PRME, **Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA)**, São Paulo, Brasil.

STEYN, M. (2014). Organizational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting: Perspectives of senior executives at South African listed companies. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, 5(4), 476-503.

STUBBS, W.; HIGGINS, C. (2018). Stakeholders' perspectives on the role of regulatory reform in integrated reporting. **Journal of Business Ethics**, 147(3), 489-508.

VAN BOMMEL, K. (2014). Towards a legitimate compromise?: An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 27(7), 1157-1189.

VELTE, P.; STAWINOGA, M. (2017). Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. **Journal of Management Control**, 28, 275-320.